

**ESMESC**Escola Superior
da Magistratura
do Estado de
Santa Catarina

**PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DE PREPARAÇÃO AO INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE DA
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA – ESMESC**

EDITAL 023 /2021

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. A Prova é composta por 60 (sessenta) questões objetivas da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva - 2º Etapa.
2. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
3. A data de realização da prova será 09 de outubro de 2021 (das 08h até as 11h30).
4. O tempo de realização da prova será de 3:30 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
5. A segunda etapa da prova (prova discursiva) **somente será liberada após o candidato encerrar a primeira (prova objetiva)**, clicando em "**salvar tudo e enviar**" (encerrando assim a prova objetiva).
6. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
7. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 11 de outubro, após às 12h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
8. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 13h do dia 09 de outubro.
9. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Objetiva - 1ª Etapa inicia em 11 de outubro e termina no dia 13 de outubro de 2021, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
10. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 14 de outubro de 2021.
11. O resultado preliminar da segunda etapa estará disponível no dia 18 de outubro de 2021.
12. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Discursiva - 2ª Etapa, será de 18 a 20 de outubro de 2021, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
13. Todos os recursos deverão ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 09 de outubro de 2021.



**PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
PREPARAÇÃO AO INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE DA ESCOLA
SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ESMESC
PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III**

**Edital 023/2021
Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa**

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Nas assertivas abaixo, o único pronome de tratamento que ADMITE a crase é:

- a) **Dirigiu-se à senhorita.**
- b) Dirigiu-se à Vossa Excelência.
- c) Dirigiu-se à Vossa Santidade.
- d) Dirigiu-se à Vossa Senhoria.
- e) Dirigiu-se à Vossa Majestade.

2. A colocação pronominal relaciona-se à correta posição do pronome oblíquo átono na frase. Assinale a única assertiva CORRETA:

- a) Ela ainda não matriculou-se no módulo de práticas.
- b) A procuração não aplica-se neste caso específico.
- c) Se tendo restabelecido do susto, decidiu prosseguir a leitura dos relatórios.
- d) São inúmeros os processos nos quais discute-se a autenticidade dos documentos.
- e) **Em se tratando de disciplina propedêutica, é recomendado que o professor de Ciência Política auxilie na resposta.**

3. Assinale o período gramaticalmente CORRETO relacionado à crase:

- a) Ficarei lá de oito às nove horas.
- b) O juiz caminhava à passos firmes.
- c) Dirigiu-se ao tribunal disposto à falar ao juiz.
- d) Pedro irá a missa das 9h e Joaquim a das 18h.
- e) **Os adversários encontraram-se cara a cara.**

4. De acordo com as regras da acentuação na nova ortografia da língua portuguesa, marque o único vocábulo CORRETO:

- a) Por (verbo).
- b) Pôr (preposição).
- c) **Para (verbo).**
- d) Pôde (3ª pessoa do singular do presente do indicativo).
- e) Pode (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo).

5. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas DE ACORDO com a nova ortografia:

- a) autoobservação / extra-oficial
- b) semi-hospitalar / neo-liberal
- c) **autobiografia / autorretrato**
- d) infra-axilar / intra-ocular
- e) infraestrutura/ intra-venoso

6. Escolha a opção CORRETA de acordo com as novas regras ortográficas:



- a) Eles tem vários documentos oficiais para redigir.
- b) Eles creem na justiça.**
- c) Eles vem para o tribunal todos os dias.
- d) Eles detém os direitos de autores.
- e) Eles mantêm o ritmo da escrita para a celeridade dos processos.

7. Assinale a alternativa CORRETA no tocante ao uso dos porquês:

- a) Eu não entendi o porque de sua alegria em dia tão triste.
- b) É difícil encontrar respostas para todos os por quês.
- c) Não entendi ainda o porquê de sua ausência.**
- d) Desconheço o porque de estar tão sozinho.
- e) Dei-me um porque.

8. Assinale a única assertiva em que a vírgula é INCORRETAMENTE usada:

- a) A crise atual, é marcada, indubitavelmente, pela pandemia de Covid-19.**
- b) A crise econômica abala o País desde 2014, gerando a mais expressiva recessão na pandemia de Covid-19.
- c) Indubitavelmente, a crise atual é marcada pela pandemia de Covid-19.
- d) De forma intempestiva, mas certo de seu direito, a requerente protocolizou sua inicial no Fórum da Capital.
- e) Constatado o equívoco no voto, a magistrada, de pronto, requereu os autos para, em prazo exíguo, apresentar a devida correção.

9. Sobre acentuação, assinale a opção que completa CORRETA e respectivamente as lacunas do período: "O menino ficou ___ cantar, ___ noite, indiferente _____ que ocorria ao seu redor".

- a) à - a - àquilo
- b) a - à - àquilo**
- c) à - a - aquilo
- d) a - a - àquilo
- e) à - à - aquilo

10. Assinale a alternativa CORRETA quanto ao uso dos porquês:

- a) Porque você está gritando tanto?
- b) Estamos tristes por quê ela partiu.
- c) Não foi à academia por que estava cansado.
- d) O advogado não sabe por quê você mentiu no depoimento.
- e) Por que você demorou tanto para relatar o caso?**

DIREITO CIVIL

11. Sobre a invalidade dos atos e negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) Presumem-se fraudulentárias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum devedor.
- b) Mesmo nos casos em que seja possível a redução do proveito obtido pela parte, deverá o juiz anular o negócio jurídico.
- c) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.**



- d) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- e) Em todos os casos, a validade da declaração de vontade independe de forma especial.

12. Sobre as cláusulas acessórias nos negócios jurídicos é correto afirmar:

- a) **Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.**
- b) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, não é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.
- c) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.
- d) Os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo, são sempre exequíveis desde logo.
- e) Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se valida o negócio jurídico.

13. Sobre os institutos da prescrição e da decadência, assinale a alternativa correta:

- a) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- b) É anulável a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) **Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.**
- d) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; por sua vez, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.
- e) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

14. Sobre o instituto da novação, assinale a alternativa correta:

- a) **Salvo as obrigações simplesmente anuláveis, não podem ser objeto de novação obrigações nulas ou extintas.**
- b) Não havendo ânimo de novar, expresso ou tácito mas inequívoco, a segunda obrigação torna anulável a primeira.
- c) A novação por substituição do devedor não pode ser efetuada sem o consentimento deste.
- d) A novação feita sem o consentimento do fiador é nula.
- e) Podem ser objeto de novação obrigações nulas ou extintas.

15. Sobre a extinção do mandato, assinale a alternativa correta:

- a) Ainda que o mandato contiver a cláusula de irrevogabilidade poderá o mandante o revogar.
- b) É revogável o mandato que contenha poderes de cumprimento ou confirmação de negócios encetados, aos quais se ache vinculado.
- c) **Se falecer o mandatário, pendente o negócio a ele cometido, os herdeiros, tendo ciência do mandato, avisarão o mandante, e providenciarão a bem dele, como as circunstâncias exigirem.**
- d) Quando a cláusula de irrevogabilidade for condição de um negócio bilateral, ou tiver sido estipulada no exclusivo interesse do mandatário, a revogação do mandato será anulável.
- e) Tanto que for comunicada ao mandatário a nomeação de outro, para o mesmo negócio, considerar-se-á nulo o mandato anterior.

16. Sobre o direito de construir, assinale a alternativa correta:

- a) Na zona rural, não será permitido levantar edificações a menos de um metro do terreno vizinho.
- b) É lícito encostar à parede divisória chaminés, fogões, fornos ou quaisquer aparelhos ou depósitos ainda que suscetíveis de produzir infiltrações ou interferências prejudiciais ao vizinho.



- c) São proibidas construções capazes de poluir, ou inutilizar, para uso ordinário, a água do poço, ou nascente alheia, a elas preexistentes.
- d) É permitido fazer escavações ou quaisquer obras que tirem ao poço ou à nascente de outrem a água indispensável às suas necessidades normais, desde que notificado o confinante.
- e) É permitido abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de metro e meio do terreno vizinho.

17. Sobre as regras do casamento, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbia poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.
- b) Pode-se revogar o mandato constituído para o casamento por instrumento particular.
- c) Tanto os impedimentos quanto as causas suspensivas serão opostos em declaração oral ou escrita e assinada, instruída com as provas do fato alegado, ou com a indicação do lugar onde possam ser obtidas.
- d) A eficácia da habilitação de casamento será de sessenta dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.
- e) Será anulável o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil.

18. Sobre a aceitação da herança, assinale a alternativa correta:

- a) Deve se ocorrer sempre da forma expressa.
- b) Decorre do fato de haver o herdeiro promovido o funeral do *de cujus*.
- c) Não se configura quando o herdeiro promove a cessão gratuita, pura e simples, da herança aos demais herdeiros.
- d) Só se configura com a habilitação do herdeiro em inventário.
- e) Quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do ministério público, aceitá-la em nome do renunciante.

19. Sobre os Alimentos, assinale a alternativa correta:

- a) O novo casamento do cônjuge devedor de alimentos extingue a obrigação constante da sentença de divórcio.
- b) Apenas com um novo casamento ou uma nova união estável do credor cessa o dever de prestar alimentos do cônjuge devedor.
- c) De acordo com o STJ, os alimentos entre cônjuges são irrenunciáveis.
- d) A obrigação alimentar avoenga é divisível, subsidiária e complementar.
- e) A obrigação alimentar devida à pessoa idosa é divisível.

20. O parentesco consanguíneo divide-se em linha reta e em linha colateral ou transversal. Segundo sua concepção, assinale aqueles que se encontram como colaterais em quarto grau:

- a) Primos.
- b) Tio e sobrinho.
- c) Irmãos.
- d) Filhos de primos.
- e) Cunhados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**21. Com relação à aplicação da Lei Processual Civil no tempo, é correto afirmar:**



- a) A norma processual retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso (respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada);
- b) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso (respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada);
- c) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, salvo se mais gravosa (respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada);
- d) A norma processual retroagirá sempre, em especial se for heterotópica (respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada).
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

22. Segundo dispõe o Código de Processo Civil, quando o incapaz for réu o foro competente será:

- a) Do Ministério Público com competência, em tese, para defender os interesses do incapaz;
- b) Dos genitores do incapaz, ainda que destituídos do poder familiar;
- c) Do domicílio do representante ou do assistente do incapaz;
- d) Do local onde se encontra o incapaz;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

23. Em relação à Equidade enquanto critério de julgamento, e segundo expressamente dispõe o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) Nos procedimentos de Jurisdição Voluntária o Juiz pode se afastar do critério de legalidade estrita e aplicar a Equidade;
- b) O juiz não pode julgar por Equidade em nenhuma hipótese;
- c) O juiz pode utilizar a Equidade, já que prevista na LINDB;
- d) Nos procedimentos de Jurisdição Contenciosa o Juiz pode se afastar do critério de legalidade estrita e aplicar a Equidade;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

24. Relativamente ao princípio da *Perpetuatio Jurisdictionis*, assinale a alternativa correta:

- a) Tem como *ratioessendi* a competência territorial (relativa);
- b) Não encontra mais previsão no atual Código de Processo Civil (2015);
- c) É aplicável às hipóteses de competência absoluta;
- d) Impõe que modificação do estado de fato ou de direito, desde que posterior ao ajuizamento da ação, importa na alteração da competência;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

25. Quanto à sentença, considere as seguintes assertivas:

- I - O juiz não resolverá o mérito quando, em caso de morte da parte, proferir sentença na qual a ação tenha sido considerada intransmissível por disposição legal;
- II - O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta que a parte proponha de novo a ação. Todavia, a petição inicial não será despachada sem a prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado da demanda julgada extinta de forma anômala;
- III - A sentença que homologa a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção não resolve o mérito.

É **CORRETO** o que se afirma em:

- a) Apenas I e III;



- b) Apenas III;
- c) Apenas I e II;**
- d) I, II e III;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

26. Quanto à penhora, segundo dispõe o Código de Processo Civil, considere as seguintes assertivas:

I – De regra, a ordem de bens/direitos penhoráveis estabelecida no CPC é absoluta e as hipóteses descritas na respectiva regra jurídica são *numerusclausus*;

II – De regra, a ordem de bens/direitos penhoráveis estabelecida no CPC é preferencial e as hipóteses descritas na respectiva regra jurídica constituem rol meramente exemplificativo;

III – De regra, a ordem de bens/direitos penhoráveis estabelecida no CPC é absoluta e as hipóteses descritas na respectiva regra jurídica constituem rol meramente exemplificativo.

É **CORRETO** o que se afirma em:

- a) I;
- b) III;
- c) II;**
- d) Todas as alternativas;
- e) Nenhuma das alternativas.

27. Relativamente aos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa previstos no Código de Processo Civil, considere as seguintes afirmações:

I – Nas demandas de consignação em pagamento, tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo vencimento;

II - Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa;

III – Proposta ação de manutenção e/ou reintegração de posse depois do prazo de ano e dia da turbacão ou do esbulho afirmado na petição inicial a demanda perde o caráter possessório e passa a tramitar pelo procedimento comum;

IV – Os embargos de terceiro opostos pela constrição indevida de bem imóvel podem ser manejados pelo terceiro proprietário, inclusive fiduciário.

Diante das afirmações feitas, é **correto** o que se afirma em:

- a) I, II e IV;**
- b) I, II, III e IV;
- c) II, III e IV;
- d) I, III e IV.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

28. Acerca do Pedido (arts. 322 e ss. do Código de Processo Civil), segundo disciplina o Código de Processo Civil, é **INCORRETO afirmar:**

a) Deve ser determinado, sendo lícito, porém, formular pedido genérico nas ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados;

b) Até o saneamento do processo o autor poderá aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, independente de consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias e facultado o requerimento de prova suplementar;



- c) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo;
- d) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão, desde que os pedidos sejam compatíveis entre si, que seja competente para conhecer deles o mesmo juízo e que seja adequado o tipo de procedimento para todos os pedidos.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

29. Para que a questão prejudicial apresentada incidentalmente tenha força de coisa julgada, compondo os limites objetivos da lide originalmente proposta, é necessário que seja expressamente decidida pelo juiz. Não é, todavia, requisito para tanto:

- a) Que da resolução da questão prejudicial dependa o julgamento do mérito;
- b) Que a respeito da questão prejudicial tenha havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia;
- c) Que o juízo tenha competência em razão da matéria e da pessoa para resolver a questão prejudicial como questão principal;
- d) **Que tenha havido exposto requerimento das partes a respeito;**
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

30. Quanto às Provas (arts. 369 e ss. do CPC), é INCORRETO afirmar:

- a) **Em qualquer caso a parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência;**
- b) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no CPC, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz;
- c) A atribuição dinâmica do ônus probatório tem previsão expressa no atual CPC;
- d) Sendo determinado, incumbe ao terceiro, em relação a qualquer causa, informar ao juiz os fatos e as circunstâncias de que tenha conhecimento e exibir coisa ou documento que esteja em seu poder;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

DIREITO PENAL

31. Sobre as causas de revogação da suspensão condicional do processo, é correto afirmar:

- a) é causa obrigatória de revogação se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção;
- b) **é causa obrigatória de revogação se o acusado não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano;**
- c) é causa obrigatória de revogação o descumprimento à condição de não frequentar determinados lugares;
- d) é causa obrigatória de revogação o descumprimento à condição de comparecimento mensal pessoal a juízo para informar e justificar suas atividades;
- e) é causa obrigatória de revogação o descumprimento à condição de não se ausentar da comarca onde reside sem autorização do juiz.

32. Sobre a competência territorial para processamento e julgamento de crimes de estelionato cometidos mediante depósito, emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, é correto afirmar:



- a) apenas quando a vítima efetua pagamento por meio de cheque, será definida pelo local da agência bancária da vítima, porque a consumação se dá quando o cheque é descontado pelo banco sacado;
- b) apenas quando a vítima efetua pagamento por meio de cheque, será definida pelo local da agência bancária do autor do fato, porque a consumação se dá quando o cheque é descontado pelo banco sacado;
- c) apenas quando a vítima efetua pagamento em dinheiro ou por transferência bancária, será definida pelo local da agência bancária do autor do fato, porque a consumação se dá quando o valor entra na esfera de disponibilidade do autor do crime, em prejuízo da vítima;
- d) apenas quando a vítima efetua pagamento em dinheiro ou por transferência bancária, será definida pelo local da agência bancária da vítima, porque a consumação se dá quando o valor entra na esfera de disponibilidade do autor do crime, em prejuízo da vítima;
- e) **será sempre definida pelo local do domicílio da vítima e, em caso de pluralidade de vítimas, pela prevenção.**

33. Sobre a medida a ser adotada pelo juiz de jurisdição prevalente quando forem instaurados processos diferentes perante juízos diversos, não obstante a conexão ou continência, é correto afirmar:

- a) **deve avocar os processos que corram perante outros juízes, de ofício, salvo se já estiverem com sentença definitiva;**
- b) deve sempre avocar os processos que corram perante outros juízes, de ofício, ainda que definitivamente julgados, para a soma ou unificação de penas;
- c) não há previsão para a adoção de qualquer providência, porque depois ocorrerá a soma ou unificação das penas em sede de execução penal;
- d) pode sempre avocar os processos que corram perante outros juízes, desde que haja provocação das partes, independente da fase processual;
- e) pode avocar os processos que corram perante outros juízes, desde que haja provocação das partes, salvo se já estiverem com sentença definitiva.

34. Sobre a atuação dos assistentes técnicos indicados pelas partes na perícia criminal oficial, é correto afirmar:

- a) poderão acompanhar a perícia e obrigatoriamente tomarão conhecimento prévio do dia e hora agendados;
- b) poderão elaborar laudos periciais particulares que substituirão a perícia oficial;
- c) **poderão examinar o material probatório que serviu de base à perícia no ambiente do órgão oficial, sem retirada, na presença de perito oficial;**
- d) poderão apresentar pareceres em prazo a ser fixado pelo juiz, mas não há previsão legal para a inquirição em audiência;
- e) não há previsão legal para a indicação de assistentes técnicos no processo criminal.

35. Sobre a citação por hora certa no processo criminal, é correto afirmar:

- a) não há previsão legal para a citação por hora certa no âmbito processual penal;
- b) a constitucionalidade da citação por hora certa no processo criminal está pendente de análise pelo Supremo Tribunal Federal;
- c) completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional;
- d) **à semelhança do processo civil, é requisito de validade da citação por hora certa a remessa posterior de carta postal, ao citando, pelo cartório judicial, dando-lhe ciência;**
- e) só é possível a citação por hora certa mediante prévia e expressa autorização do juiz.



36. Sobre as atribuições do juiz presidente do Tribunal do Júri, não se inclui:

- a) dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes;
- b) mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença;
- c) certificar, ao final do julgamento, a incomunicabilidade dos jurados;**
- d) decidir, de ofício, ouvidos o Ministério Público e a defesa, ou a requerimento de qualquer destes, a arguição de extinção de punibilidade;
- e) regulamentar, durante os debates, a intervenção de uma das partes, quando a outra estiver com a palavra, podendo conceder até três minutos para cada aparte requerido, que serão acrescidos ao tempo desta última.

37. Sobre as matérias a serem quesitadas para análise dos jurados no julgamento pelo Tribunal do Júri, não se inclui(em):

- a) circunstâncias agravantes e atenuantes;**
- b) materialidade do fato;
- c) quesito genérico de absolvição;
- d) tese de desclassificação para outra de competência do juiz singular;
- e) causas de diminuição de pena.

38. Sobre a comprovação da materialidade no crime de tráfico de entorpecentes, é correto afirmar:

- a) para a lavratura do auto de prisão em flagrante não se exige nenhuma espécie de laudo pericial, bastando o depoimento dos agentes responsáveis pela prisão;
- b) para a lavratura do auto de prisão em flagrante, é suficiente o laudo preliminar de constatação da natureza e quantidade da droga, obrigatoriamente firmado por perito oficial;
- c) para o oferecimento da denúncia, é suficiente o laudo preliminar de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea;**
- d) para o oferecimento da denúncia, será necessário o laudo pericial definitivo, a não ser que o laudo preliminar provisório venha dotado da mesma certeza do definitivo, certificado por perito oficial, em procedimento equivalente;
- e) para a prolação da sentença condenatória, será sempre necessário o laudo pericial definitivo, ainda que o laudo preliminar provisório venha dotado da mesma certeza do definitivo, certificado por perito oficial, em procedimento equivalente.

39. Nos casos em que o reconhecimento da existência da infração penal depender de decisão sobre questão diversa do estado civil das pessoas, da competência do juízo cível, e que neste houver sido proposta ação para resolvê-la, desde que essa questão seja de difícil solução e não verse sobre direito cuja prova a lei civil limite, é correto afirmar:

- a) não cabe em nenhuma hipótese a suspensão do processo criminal, em razão da independência entre as esferas penal e civil;
- b) poderá o juiz criminal suspender o processo, a qualquer tempo;
- c) poderá o juiz criminal suspender o processo, mas apenas após a inquirição das testemunhas e realização das outras provas de natureza urgente;**
- d) uma vez suspenso o processo criminal, deve o Ministério Público aguardar o prazo estabelecido, sem possibilidade de intervir na causa cível para promover o rápido andamento;
- e) uma vez suspenso o processo criminal, por prazo certo, não pode ele ser prorrogado.

**40. Sobre a alienação antecipada de bens apreendidos vinculados a processo criminal, é correto afirmar:**

- a) poderá ser determinada pelo juiz em qualquer hipótese;
- b) será realizada por leilão preferencialmente presencial;
- c) em segundo leilão, podem os bens ser alienados por valor não inferior a 50% (cinquenta por cento) do estipulado na avaliação judicial;
- d) no caso da alienação de veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado de registro e licenciamento em favor do arrematante, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores;
- e) o produto da alienação será imediatamente convertido em renda para a União, Estado ou Distrito Federal, cabendo ao acusado, no caso de absolvição, propor a ação judicial cabível para a devolução.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**41. Análise as afirmativas a seguir:**

I – De acordo com o princípio da alteridade, ninguém pode ser punido por causar mal apenas a si próprio.

II – Embora os costumes não tenham o condão de revogar infração penal, poderão ser utilizados como vetor de interpretação, dentro dos limites do tipo penal, também chamado de costume *secundum legem*.

III – A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

IV – Admite-se a utilização da analogia em direito penal, desde que se tenha certeza que a aplicação será favorável ao réu e que exista efetiva lacuna a ser preenchida.

Marque a alternativa correta:

- a) Apenas I e III estão corretas.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas III e IV estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

42. Análise as afirmativas acerca teoria do crime:

I – O Código Penal adotou como regra a teoria da equivalência dos antecedentes causais (teoria da *conditio sine qua non*), a qual considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

II – Dentre as teorias do dolo, o Código Penal adotou a teoria da vontade (dolo direto) e a teoria do assentimento (dolo eventual).

III – Consoante posição adotada pelo STJ e pela doutrina majoritária, a tentativa é compatível com o dolo eventual.

IV – Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um terço a metade.

Marque a alternativa correta:

- a) Apenas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas I e IV estão corretas.
- c) Apenas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.



e) Todas as alternativas estão corretas.

43. Análise as afirmativas a seguir acerca das penas:

I – É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

II – Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

III – É permitida a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

IV – É admissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.

Marque a alternativa correta:

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Apenas I e II estão corretas.

c) Apenas II, III e IV estão corretas.

d) Apenas II e III estão corretas.

e) Todas as alternativas estão corretas.

44. Análise as afirmativas a seguir a suspensão condicional da pena e o livramento condicional:

I – A execução da pena privativa de liberdade, superior a 2 anos, poderá ser suspensa, por 2 a 4 anos, desde que o condenado não seja reincidente em crime doloso; a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício e não seja indicada ou cabível a substituição por penas restritivas de direito.

II – A suspensão condicional da pena será obrigatoriamente revogada se o beneficiário for irrecorrivelmente condenado, por crime culposo ou por contravenção, a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.

III – A ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena

IV – Revogado o livramento condicional, não poderá ser novamente concedido, e, salvo quando a revogação resulta de condenação por outro crime anterior àquele benefício, não se desconta na pena o tempo em que esteve solto o condenado.

Marque a alternativa correta:

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Apenas III e IV estão corretas.

c) Apenas I e IV estão corretas.

d) Apenas I e II estão corretas.

e) Apenas II e III estão corretas.

45. Análise as afirmativas a seguir acerca do Código Penal e da Lei de Execuções Penais:

I – O condenado deverá ser submetido a exame criminológico de classificação para individualização da execução da pena, regra que se aplica nos regimes fechado, semiaberto e aberto.

II – A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

III – O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal



condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

IV – A execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação.

Marque a alternativa correta:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas I, II e IV estão corretas.
- c) **Apenas II, III e IV estão corretas.**
- d) Apenas III está incorreta.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

46. Análise as afirmativas a seguir sobre os crimes em espécie:

I – Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

II – Será qualificado o homicídio cometido com emprego de arma de fogo de uso permitido.

III – No crime de furto, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

IV – A ação penal será pública incondicionada no caso de crime de estelionato praticado contra vítima maior de 60 (sessenta) anos.

Marque a alternativa correta:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas II, III e IV estão corretas.
- d) **Apenas I e III estão corretas.**
- e) Apenas I, III e IV estão corretas.

47. Análise as afirmativas a seguir a respeito dos Crimes contra a Honra:

I – Não é punível a calúnia contra os mortos.

II – Os crimes de calúnia e de injúria admitem exceção da verdade.

III – Não constituem injúria ou difamação punível o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício.

IV – O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena.

Marque a alternativa correta:

- a) Apenas I, II, III e IV são corretas.
- b) Apenas I, II e III são corretas.
- c) **Apenas III e IV são corretas.**
- d) Apenas a III é correta.
- e) Apenas a IV é correta.

48. Análise as afirmativas a seguir acerca das disposições da Lei 11.343/06 (Lei de Drogas) e do entendimento dos Tribunais Superiores:

I – De acordo com o STJ, a conduta de transportar folhas de coca melhor se amolda, em tese e para a definição de competência, ao tipo descrito no § 1º, I, do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, que criminaliza o transporte de matéria-prima destinada à preparação de drogas.

II – A pena é aumentada de um sexto a dois terços, se o agente vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.



III – É incabível salvo-conduto para o cultivo da *cannabis* visando a extração do óleo medicinal, ainda que na quantidade necessária para o controle da epilepsia, posto que a autorização fica a cargo da análise do caso concreto pela ANVISA.

IV – Consoante entendimento dos Tribunais Superiores, a conduta de importar pequena quantidade de sementes de maconha é atípica

Marque a alternativa correta:

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Apenas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas II está incorreta.
- d) **Apenas I, III e IV estão corretas.**
- e) Todas as alternativas estão corretas.

49. Análise as afirmativas a seguir acerca da Lei 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas):

I – Considera-se organização criminosa a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de natureza pecuniária, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

II – Nas mesmas penas de quem promove, constitui, financia ou integra organização criminosa incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.

III – As penas aumentam-se até a metade se na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo.

IV – A perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público em virtude de condenação com trânsito em julgado depende de fundamentação idônea, não se tratando de efeito automático da condenação.

Marque a alternativa correta:

- a) **II e III são corretas.**
- b) I, II e III são corretas.
- c) I, II, III e IV são corretas.
- d) Apenas a II é correta.
- e) Apenas a IV é correta

50. Análise as afirmativas a seguir acerca da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/2019) e demais legislações correlatas:

I – Para configuração dos crimes previstos na lei, é dispensada a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

II – A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

III – Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública condicionada à representação.

IV – Para a apuração da prática dos crimes previstos nessa lei, é vedada, via de regra, a interceptação telefônica.

Marque a alternativa correta:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas I, II e IV estão corretas.
- c) **Apenas II e IV estão corretas.**



- d) Apenas II está correta.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Assinale a alternativa que apresenta um objetivo da ordem social:

- a) Desenvolvimento sustentável
- b) **Justiça Social**
- c) Cidadania
- d) Dignidade da Pessoa Humana
- e) Erradicação da pobreza

52. Em relação as ações afirmativas, assinale a alternativa correta:

- a) As ações afirmativas significam um preponderância da igualdade formal sobre a igualdade material, objetivando evitar quebra da igualdade.
- b) As ações afirmativas são políticas que visam promover a igualdade substancial, por meio da discriminação positiva de grupos escolhidos pelo legislador, tendo prazo 05 anos como o máximo de sua vigência.
- c) **As políticas de ação afirmativa podem ser realizadas tanto pelo poder público como pela iniciativa privada.**
- d) As políticas de ação afirmativa devem ter mecanismos de controle externo para que sejam avaliados seus resultados e no caso de criação de nova política de ação afirmativa não é possível que seja submetida a controle judicial em razão do precedente da ADPF 186.
- e) As políticas de ações afirmativas só podem ser adotadas pela União, não sendo possível sua criação pelos Estados e pelos municípios.

53. Em relação ao Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os membros do Conselho Nacional de Justiça são escolhidos pelo Congresso Nacional, dentre cidadãos com mais de 35 anos e notável saber jurídico.
- b) O Conselho Nacional de Justiça realiza o controle da autonomia administrativa, financeira e jurisdicional dos Tribunais
- c) As resoluções do Conselho Nacional de Justiça tem hierarquia de lei complementar.
- d) **Conforme entendimento do STF, o Conselho Nacional de Justiça, no exercício de sua atribuição correicional atua originariamente e concorrentemente com as corregedorias dos Tribunais.**
- e) As decisões proferidas pelo Conselho Nacional de Justiça possuem eficácia erga omnes e não podem ser questionadas judicialmente.

54. Sobre o direito fundamental a vida, assinale a alternativa correta:

- a) **O direito a vida, previsto na CF/88, protege o direito de não ser morto e o direito de continuar vivo.**
- b) Conforme posição do STF, na ADI 3510, a vida inicia com a concepção.
- c) O Brasil aceita a prática da eutanásia, por ser considera uma forma de expressão da dignidade da pessoa humana.
- d) Conforme posição oriunda do julgamento da ADPF 54, o aborto de feto anencefálico somente poderá ser realizado até a oitava semana da gestação.
- e) O direito a vida é o único direito fundamental de caráter absoluto previsto pela CF/88.

55. Com base no previsto pela ordem econômica na CF/88 é incorreto afirmar que:

- a) A lei complementar estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de



- economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços
- b) Dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.
- c) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, condicionado a autorização de órgãos públicos
- d) O Poder Público detém a preferência do exercício de atividade econômica, tendo a iniciativa privada o exercício complementar nas áreas que o Estado não se interessar.
- e) O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

56. Sobre o sistema constitucional das crises é correto afirmar:

- a) O Presidente da República poderá decretar Estado de Defesa e Estado de Sítio sem autorização do Congresso nacional
- b) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem.
- c) No Estado de Defesa os pareceres do Conselho de Defesa Nacional e do Conselho da República são vinculantes para que o Presidente da República possa decidir pela decretação ou não da medida.
- d) O Congresso Nacional apreciará o decreto de Estado de Defesa dentro de quinze dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.
- e) O prazo máximo de duração do Estado de Defesa e do Estado de Sítio é de 30 dias, prorrogáveis por igual período no máximo três vezes consecutivas.

57. Sobre as Emendas Constitucionais na Constituição Federal de 1988 assinale a alternativa correta:

- a) Com base na jurisprudência do STF o interstício mínimo de votação entre o primeiro e o segundo turno, de uma emenda constitucional, na casa legislativa em que estiver tramitando pode ser quebrado por decisão do plenário da casa legislativa.
- b) As emendas constitucionais terão sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.
- c) As propostas de emenda constitucional podem ser objeto de questionamento por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- d) Não é permitido criação de novos artigos nos Atos das disposições transitórias por meio de emenda constitucional.
- e) A aprovação de uma emenda Constitucional pelo Congresso Nacional se dá por 3/5 dos votos em pelo menos três dos quatro turnos previstos.

58. Sobre os efeitos de decisão em Ação Declaratória de Constitucionalidade é correto afirmar:

- a) A decisão em ação declaratória tem efeitos *inter partes* e vinculante para os órgãos da Administração Pública.
- b) As decisões proferidas em Ação Declaratória de Constitucionalidade não podem ser objeto de modulação de efeitos
- c) As decisões proferidas em Ação Declaratória de constitucionalidade precisam de quórum de 2/3 dos membros do STF.
- d) As decisões proferidas em Ação Declaratória de Constitucionalidade possuem efeitos *erga omnes* e vinculante.



e) As decisões proferidas em Ação Declaratória de constitucionalidade tem somente aplicação do efeito Ex nunc.

59. Em relação aos decretos legislativos é correto afirmar:

- a) O quórum para aprovação de decretos legislativos é de maioria absoluta.
- b) Os decretos legislativos devem ser votados em dois turnos em cada casa legislativa e após precisam ser enviados ao Presidente da República para sanção ou veto
- c) Os decretos Legislativos são o instrumento normativo que é aplicável para tratar as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional.
- d) É permitida iniciativa popular para os decretos legislativos.
- e) Os decretos legislativos não podem ter sua constitucionalidade questionada por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

60. Sobre a causa de pedir aberta no controle concentrado, assinale a alternativa correta:

- a) A causa de pedir aberta significa que o STF não precisa fundamentar a decisão de inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo.
- b) A causa de pedir aberta não se aplica as decisões que deferem ou indeferem pedidos liminares em sede de controle abstrato de constitucionalidade.
- c) A causa de pedir aberta significa que o STF está desvinculado do fundamento específico do pedido de inconstitucionalidade, tendo o poder de considerar o texto constitucional em seu todo para aferição da inconstitucionalidade.
- d) A causa de pedir aberta só é aplicável em decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- e) As decisões proferidas em Recurso Extraordinário são um exemplo de aplicação da causa de pedir aberta.

**PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III****Edital 023 /2021****Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa****LÍNGUA PORTUGUESA**

01 . Sobre o uso dos pronomes demonstrativos, faça a correção nas frases, de acordo com a norma culta da língua portuguesa. Ao verificar a necessidade de correção, reescreva a frase completa de cada uma das alternativas abaixo:

- a) **Esse** fato me preocupa: as provas são todas no mesmo mês.
- b) **Esta** coleção de livros que está com você é de autores do direito digital?
- c) Fui visitar Armando e Mirela. Aquele está contente com o nascimento do bebê; **essa**, por ter novas descobertas e experiências na vida do casal.
- d) **Esse** documento que tens à mão é importante, Alberto?
- e) Encontrei Carolina e Fernando na biblioteca. Aquela estudava Psicologia Forense, **este** apenas observava os livros nas estantes.
- f) Não faça nada que não estiver com vontade. **Esse** conselho serve para toda a sua vida.

Respostas:

- a) (Errada) Na frase da alínea “a” o correto é utilizar o pronome demonstrativo **Este**, pois o fato ainda será exposto, trata-se de regra do assunto/discurso.
- b) (Errada) Na frase da alínea “b” o correto é utilizar o pronome demonstrativo **essa** por se tratar da regra da proximidade. A coleção está com o outro e não com o falante.
- c) (Errada) Na frase da alínea “c”, o correto é utiliz**ar esta**, por se tratar de regra da substituição do sujeito mais próximo.
- d) (Correta) Na frase da alínea “d” é correto utilizar **esse** por se tratar da regra da proximidade. O documento está com o outro, Alberto, e não com o falante.
- e) (Correta) Na frase da alínea “e”, é correto utiliz**ar este**, pois se trata de regra da substituição do sujeito mais próximo.
- f) (Correta) Na frase da alínea “f” é correto utilizar o pronome demonstrativo **Esse**, pois o conselho foi exposto, trata-se de regra do assunto/discurso.

DIREITO

2. Relativamente à extensão/profundidade da cognição em embargos de terceiro, considere as seguintes ponderações e afirmações para fundamentar a correspondente resposta (que preferencialmente deverá ser realizada em modelo dissertativo-argumentativo e/ou dissertativo-expositivo):

- a) **Qual é a extensão/profundidade da cognição em embargos de terceiro?**
- b) **A partir dessa compreensão, é possível, em embargos de terceiro, alegar simulação (vício do negócio jurídico) e vê-la reconhecida/declarada dentre os limites objetivos da coisa julgada? Explique.**

Resposta:

Sabidamente a cognição em embargos de terceiro é dita limitada porque não é possível ao Juízo conhecer de outras matérias que não apenas aquelas atinentes à alegada



construção indevida do bem.

Nesse sentido está a melhor doutrina:

A cognição que o órgão jurisdicional realiza no âmbito dos embargos de terceiro é parcial.⁴⁸ A pretensão formulada pelo embargante é de inibir ou de afastar constrição judicial sobre bem seu. Cabe-lhe tão somente demonstrar que o bem objeto da constrição não está sujeito à eficácia do ato judicial, ou seja, que o bem, “pelo título de aquisição ou qualidade da posse”, não pode ser objeto de constrição judicial naquele processo. E tal porque a relação que o embargante mantém com o bem o libera da responsabilidade patrimonial.

Donaldo Armelin foi direto no ponto, quando relacionou o mérito dos embargos de terceiro à configuração da legitimidade e do interesse: “O fundamento do pedido nesta ação há de ser a situação de terceiro ou de parte a este assemelhada, bem assim como de possuidor, proprietário ou titular de direitos reais ou pessoais. Ou seja, a situação legitimante acoplada à existência de ato constitutivo ou de ameaça de sua iminente concretização. Por isso mesmo foi afirmado que a causa petendi nos embargos de terceiro alberga situações asseguradoras da presença do interesse de agir e da legitimidade”.⁴⁹

*Como bem anotado por Hamilton de Moraes e Barros: “[a] lide, nos embargos de terceiro, é restrita. Versará apenas a inclusão ou a exclusão do bem na execução e não os direitos que o terceiro possa ter sobre a coisa”. (MAZZEI, Rodrigo, GONÇALVES, Tiago Figueiredo. **Embargo de terceiro**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Processo Civil. Cassio Scarpinella Bueno, Olavo de Oliveira Neto (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/181/edicao-1/embargo-de-terceiro>).*

Desse modo, justamente pela limitação da cognição, *É descabida a alegação de simulação em embargos de terceiro* (STJ - REsp 1677921/SP, rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª. Turma, julgado em 19/03/2019), a exemplo de outros vícios do negócio jurídico, na esteira da Súmula 195 do Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO

3. No que toca ao sistema de nulidades do Código de Processo Civil, considere as seguintes ponderações/indagações/afirmações para fundamentar a correspondente resposta (que preferencialmente deverá ser realizada em modelo dissertativo-argumentativo e/ou dissertativo-expositivo):

- Há no Direito Processual Civil brasileiro a figura do *ato jurídico nulo de pleno direito*? Por quê?**
- A *res iudicata* possui a capacidade de convalidar uma nulidade? Explique.**

Resposta:

Diversamente do que se dá no âmbito do direito material, no qual a nulidade (também dita nulidade absoluta) priva o ato de toda a eficácia independentemente de desconstituição ou declaração judicial, em processo, como destaca



Humberto Theodoro Jr., citando também Lopes da Costa, enquanto o juiz não declara a nulidade a relação processual existe e produz os efeitos de uma relação válida, podendo inclusive ocorrer a superação do vício se sobrevier a coisa julgada.

Também nesse sentido está a doutrina de Amílcar de Castro:

"o defeito jurídico que vicia a relação processual, o ato do processo, seja qual for, não impede a existência atual da relação, ou do ato, de tal sorte que aquela, ou estes, subsistem enquanto não forem declarados nulos pelo juiz; e precisamente por isso, o vício que os invalida, em regra, pode ser sanado, e a relação ou o ato se aperfeiçoarem"

(JUNIOR, Humberto Theodoro. Nulidades no Código de Processo Civil. RDC N° 1, Set Out/99.

Disponível: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDC_01_136.pdf.

No que toca à capacidade de convalidação pela coisa julgada, Como se sabe, há nulidades que atingem simples atos do processo, enquanto outras inutilizam toda a relação processual. As primeiras, sim, sofrem a sanatória geral da res iudicata, como queria LOPES DA COSTA. Mas, as que afetam a relação processual na sua origem, estas não podem ser sanadas pela coisa julgada, porque, na realidade, impedem até mesmo a formação da res iudicata, como bem o demonstra LIEBMAN.(JUNIOR, Humberto Theodoro. Nulidades no Código de Processo Civil. RDC N° 1, SetOut/99. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDC_01_136.pdf.